

FORMULÁRIO PARA PEDIDO DE AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO / 2018 - ASCOM

Setor Requisitante: ASCOM												
Respo	Responsável pela Demanda: RENATA BRASILEIRO											
E-ma	E-mail: renatabrasileiro@tre-ac.jus.br Tel.: 68 - 3212 4433											
1. OB	. OBJETO DA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO											
ITEN	1DESCRIÇÃO	QUANT	UNID	P. UNIT.	P. TOTAL							
01	OUTDOOR EM POLICROMIA, IMPRESSÃO DIGITAL, MEDINDO 9X3, PARA DIVULGAÇÃO NOS MUNICÍPIOS DE SENA MADUREIRA, JORDÃO, PORTO WALTER, TARAUACÁ, RODRIGUES ALVES, SANTA ROSA DO PURUS, FEIJÓ, MÂNCIO LIMA, MARECHAL THAUMATURGO E MANOEL URBANO.	10	UNID	R\$ 650,00	R\$ 6.500,00							
02	CARRO DE SOM: VEICULAÇÃO, COM PRODUÇÃO DE ÁUDIO, DE MENSAGEM DE ATÉ 1 (UM) MINUTO, CONTENDO TRILHA SONORA, EM CARRO DE SOM, COM CIRCULAÇÃO PELOS BAIRROS DOS MUNICÍPIOS DE SENA MADUREIRA, JORDÃO, PORTO WALTER, TARAUACÁ, RODRIGUES ALVES, SANTA ROSA DO PURUS, FEIJÓ, MÂNCIO LIMA, MARECHAL THAUMATURGO E MANOEL URBANO.	500 horas	UNID	R\$ 36,00	R\$ 18.000,00							
03	BANNER EM PAPEL FOTOGRÁFICO, ACABAMENTO COM BASTÕES EM MADEIRA E PONTEIRAS PLÁSTICAS NAS EXTREMIDADES, COLOR, DIMENSÕES APROXIMADAS 0,90 X 1,20 M, COM APLICAÇÃO DE VERNIZ. ARTES DIFERENTES A SEREM FORNECIDAS PELA EMPRESA.	20	UNID	R\$ 35,00	R\$ R\$ 700,00							
04	FAIXAS INFORMATIVAS, EM LONA VINIL, IMPRESSÃO DIGITAL, MEDINDO 3,00 M X 0,70 M, COM ACABAMENTO EM ILHÓIS. ARTES DIFERENTES A SEREM FORNECIDAS PELA EMPRESA.		UNID	R\$ 40,00	R\$ 840,00							
1.1. 0) material/serviço descrito:				gistrado na ARP n/201_ (evento) ossui registro em ata							

2. Justificativa para a contratação / aquisição:

Trata-se de campanha de convocação dos eleitores de Sena Madureira, Jordão, Porto Walter, Tarauacá, Rodrigues Alves, Santa Rosa do Purus, Feijó, Mâncio Lima, Marechal Thaumaturgo e Manoel Urbano para o Recadastramento Biométrico.

3. Justificativa para os quantitativos solicitados (apresentar memória de cálculo):

3/11/2018	SEI/TRE-AC - 0247421 - FORM	IULARIO PARA PEDIDO DE AQUISIÇAO/CONTRATAÇAO
O quantitativo de materiais/serviços recadastramento biométrico.	solicitados levam em consideração o	s 10 municípios a serem atendidos com a campanha de convocação dos eleitores para o
Outdoor: 01 por município.		
Carro de som: 50 horas por municíp	io.	
Banner: 02 por município.		
Faixa: 02 por município.		
4. Caso a contratação não seja rea	dizada, quais os prejuízos para a ex	ecução das atividades?
As estratégias de publicidade não so do eleitor ao recadastramento biomé		prejudicaria a disseminação da informação sobre a obrigatoriedade do comparecimento
5. Previsão de data em que os ben	s devem estar disponíveis ou data e	m que deverá ser <u>iniciada</u> a execução dos serviços.
A partir de janeiro de 2019.		
6. A demanda está prevista no Pla	no de Contratação do exercício ou	em outro instrumento?
() Sim (SEI nº), com valor p	previsto de R\$,	
() Não (se marcar esta opção, apres	sentar justificativa da falta de previsão	o).
		uperior a R\$ 8 mil, deverá ser indicado o nome do servidor que participará m todos os casos, informar quem gerenciará o futuro contrato.
Dados de quem irá compor a equi	pe de planejamento:	Dados de quem irá gerenciar o contrato:
Nome:		Nome:
Cargo/função:		Cargo/função:
Matrícula:		Matrícula:
E-mail:		E-mail:
8. Outras informações.		

Rio Branco, 22 de novembro de 2018.



Documento assinado eletronicamente por RENATA BRASILEIRO DE MOURA, Assessor de Comunicação, em 22/11/2018, às 18:43, conforme art. 1°, § 2°, III, "b", da Lei



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-ac.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador 0247421 e o código CRC D4664463.

0002297-73.2018.6.01.8000 0247421v5



FORMULÁRIO

CARTÓRIO ELEITORAL DA 4º ZONA

COTAÇÃO DE PREÇOS

Processo SEI nº 0003616-76.2018.6.01.8000

Item	Especificação	Unid	Quant	P. Unit.*	P. Total*
01	PROPAGANDA VOLANTE (CARRO OU MOTOCICLETA) VEICULAÇÃO, COM PRODUÇÃO DE ÁUDIO, DE MENSAGEM DE ATÉ I (UM) MINUTO, CONTENDO	HORA	50	55,00	2.750,00
	TRILHA SONORA, EM CARRO DE SOM, COM CIRCULAÇÃO PELOS BAIRROS DO MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO				

^{*} Valores informados sem o acréscimo da cota patronal.

- 1. Prazo de validade da proposta: 60 dias.
- 2. Prazo de execução: em até dias, a contar do recebimento da nota de empenho
- 3. Forma de pagamento: em até 5 (cinco) dias úteis, a contar da entrega da nota fiscal.
- 4. Exigências para a contratação:
 - 1. Regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, Justiça Trabalhista e quitação eleitoral; e,
 - Declarações constantes do item 7 deste formulário.

5. Dos encargos e retenções:

- 1. Após a execução do serviço, o fornecedor deverá providenciar, junto à prefeitura local, mediante pagamento antecipado de ISS, de até 5%, sobre o valor bruto da nota, a emissão de nota fiscal;
- 2. Será retido no ato do pagamento, a título de contribuição previdenciária a cargo do contratado, o valor correspondente a 11% do valor bruto da nota.
- 3. Haverá também retenção, a depender do valor da contratação, do Imposto de Renda de Pessoa Física, conforme discriminado abaixo:
 - a. Até R\$ 1.903,98; isento
 - b. De 1.903,99 até 2.826,65: alíquota de 7,5 %, com parcela a deduzir de R\$ 142,80;
 - c. De 2.826,66 até 3.751,05: alíquota de 15 %, com parcela a deduzir de R\$ 354,80;
 - d. De 3.751,06 até 4.664,68: alíquota de 22,5 %, com parcela a deduzir de R\$ 636,13;

- e. Acima de 4.664,68: alíquota de 27,5 %, com parcela a deduzir de R\$ 869,36;
- 6. Das Sanções, nos casos de inexecução contratual:
 - Pela inexecução total ou parcial do contrato, o TRE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as sanções (arts. 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993) abaixo:
 - Advertência, que deverá ser feita através de notificação por meio de oficio, mediante contra-recibo do representante legal da CONTRATADA, estabelecendo prazo para cumprimento das obrigações assumidas;

2. Multa:

- Multa de mora, correspondente a 1% (um por cento), por dia de atraso no fornecimento de bens / prestação dos serviços, calculada sobre o valor da nota de empenho;
- 2. Multa por inexecução contratual:
 - Inexecução parcial multa no percentual de 10% (dez por cento), que será calculada sobre o valor empenhado, cobrada pelo atraso superior a 10 dias, a critério da Administração, não mais ser aceito o fornecimento/serviço;
 - Inexecução total multa no percentual de 15% (quinze por cento), que será calculada sobre o valor empenhado, cobrada pelo atraso superior a 15 dias.
- 3. Suspensão do direito de licitar e contratar com o TRE/Acre pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- 4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.
- 7. DECLARAÇÕES: o proponente infra assinado declara, sob as penas da lei,
- a. que n\u00e3o emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condi\u00e7\u00e3o de aprendiz a partir dos quatorze anos.
- não incidir em qualquer das hipóteses de vedação previstas no art. 2°, IV, e § 3°, da Resolução CNJ 07/2005 (modificada pela Resolução CNJ 229/2016)

DADOS DO PROPONENTE.

	DADOS DO TROTONENTE.
1.	NOME COMPLETO: Antonio Coelho dos Santos
2.	CPF-702.410.072-91
3.	CPF - 702.410.072-91 ENDEREÇO: Rua Progetada Tel. 68984495945
4.	N° DO TÍTULO ELEITORAL: 0037.4265.2429
5.	Nº DO NIT/PIS/PASEP (Nº de Inscrição do Trabalhador no sistema de previdência:
	Obs: Caso o proponente não disponha de inscrição, deverá apresentar os seguintes dados para que o TRE promova seu registro:
	a. Data de nascimento: _/_/ 2018 20/04/1983
	b. Nome completo da mãe: Neuza cocho dos Santos
	b. Nome completo da mãe: Neuza coelho dos Santos c. Nº e série da CTPS: 67610 -0000 4 - Ac

1. DADOS BANCÁRIOS:

- 1. Banco: LAUNA
- 2. Ag: 0803
- 3. Conta corrente: 013/63727-8

Local, Mhoumoturgata: 200/2019

Antonio Coelho Dor Santor

Assinatura do Proponente

0000446-50,2019.6.01.8004

0260713v2



FORMULÁRIO

CARTÓRIO ELEITORAL DA 4ª ZONA

COTAÇÃO DE PREÇOS

Processo SEI nº 0003616-76.2018.6.01.8000

Item	Especificação	Unid	Quant	P. Unit.*	P. Total*
01	PROPAGANDA VOLANTE (CARRO OU MOTOCICLETA) VEICULAÇÃO, COM PRODUÇÃO DE ÁUDIO, DE MENSAGEM DE ATÉ 1 (UM) MINUTO, CONTENDO TRILHA SONORA, EM CARRO DE SOM, COM CIRCULAÇÃO PELOS BAIRROS DO MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO	HORA	50	50,00	2.500,00

^{*} Valores informados sem o acréscimo da cota patronal.

- 1. Prazo de validade da proposta: 60 dias.
- Prazo de execução: em até dias, a contar do recebimento da nota de empenho
- 3. Forma de pagamento: em até 5 (cinco) dias úteis, a contar da entrega da nota fiscal.
- Exigências para a contratação:
 - 1. Regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, Justiça Trabalhista e quitação eleitoral; e,
 - Declarações constantes do item 7 deste formulário.

5. Dos encargos e retenções:

- 1. Após a execução do serviço, o fornecedor deverá providenciar, junto à prefeitura local, mediante pagamento antecipado de ISS, de até 5%, sobre o valor bruto da nota, a emissão de nota fiscal;
- 2. Será retido no ato do pagamento, a título de contribuição previdenciária a cargo do contratado, o valor correspondente a 11% do valor bruto da nota.
- 3. Haverá também retenção, a depender do valor da contratação, do Imposto de Renda de Pessoa Física, conforme discriminado abaixo:
 - a. Até R\$ 1.903,98: isento
 - b. De 1.903,99 até 2.826,65: alíquota de 7,5 %, com parcela a deduzir de R\$ 142,80;
 - c. De 2.826,66 até 3.751,05: alíquota de 15 %, com parcela a deduzir de R\$ 354,80;
 - d. De 3.751,06 até 4.664,68: alíquota de 22,5 %, com parcela a deduzir de R\$ 636,13;

13/02/2019 09:2

- e. Acima de 4.664,68: alíquota de 27,5 %, com parcela a deduzir de R\$ 869,36;
- 6. Das Sanções, nos casos de inexecução contratual:
 - Pela inexecução total ou parcial do contrato, o TRE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as sanções (arts. 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993) abaixo:
 - Advertência, que deverá ser feita através de notificação por meio de ofício, mediante contra-recibo do representante legal da CONTRATADA, estabelecendo prazo para cumprimento das obrigações assumidas;

2. Multa:

- Multa de mora, correspondente a 1% (um por cento), por dia de atraso no fornecimento de bens / prestação dos serviços, calculada sobre o valor da nota de empenho;
- 2. Multa por inexecução contratual:
 - Inexecução parcial multa no percentual de 10% (dez por cento), que será calculada sobre o valor empenhado, cobrada pelo atraso superior a 10 dias, a critério da Administração, não mais ser aceito o fornecimento/serviço;
 - Inexecução total multa no percentual de 15% (quinze por cento), que será calculada sobre o valor empenhado, cobrada pelo atraso superior a 15 dias.
- 3. Suspensão do direito de licitar e contratar com o TRE/Acre pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- 4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.
- 7. DECLARAÇÕES: o proponente infra assinado declara, sob as penas da lei,
- a. que n\u00e3o emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condi\u00e7\u00e3o de aprendiz a partir dos quatorze anos.
- não incidir em qualquer das hipóteses de vedação previstas no art. 2°, IV, e § 3°, da Resolução CNJ 07/2005 (modificada pela Resolução CNJ 229/2016)

DADOS DO PROPONENTE:

- 1. NOME COMPLETO: CLEILSON SILVADELIMA
- 2. CPF- 402 471 882 04
- 3. ENDEREÇO: Av. CRUZGIRODOSUL Tel. 5842129 37
- 4. Nº DO TÍTULO ELEITORAL: 0037 41 36 2424
- 5. Nº DO NIT/PIS/PASEP (Nº de Inscrição do Trabalhador no sistema de previdência: 190.30 596.72+7

 1. Obs: Caso o proponente não disponha de inscrição, deverá apresentar os seguintes dados para que o TRE
 - Obs: Caso o proponente não disponha de inscrição, deverá apresentar os seguintes dados para que o TRE promova seu registro:
 - a. Data de nascimento: / /2018
 - b. Nome completo da mãe: RAIMUNDA DE; PARROS DA SILVA
 - c. N° e série da CTPS: 67 491 . 0000 4

1. DADOS BANCÁRIOS:

1. Banco: CAIXA;

2. Ag: 0803 ;

3. Conta corrente: 0P 013 - 11 483-6

Local, MARE CHALTH Data: 14/02/ 2615

Assinatura do Proponente

0000446-50,2019.6,01,8004

0260713v2



FORMULÁRIO

CARTÓRIO ELEITORAL DA 4ª ZONA

COTAÇÃO DE PREÇOS

Processo SEI nº 0003616-76.2018.6.01.8000

Item	Especificação	Unid	Quant	P. Unit.*	P. Total*
01	PROPAGANDA VOLANTE (CARRO OU MOTOCICLETA) VEICULAÇÃO, COM PRODUÇÃO DE ÁUDIO, DE MENSAGEM DE ATÉ I (UM) MINUTO, CONTENDO TRILHA SONORA, EM CARRO DE SOM, COM CIRCULAÇÃO PELOS BAIRROS DO MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO	HORA	50	60.00	3.000,00

^{*} Valores informados sem o acréscimo da cota patronal.

- 1. Prazo de validade da proposta: 60 dias.
- Prazo de execução: em até ___ dias, a contar do recebimento da nota de empenho
- 3. Forma de pagamento: em até 5 (cinco) dias úteis, a contar da entrega da nota fiscal.
- 4. Exigências para a contratação:
 - 1. Regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, Justiça Trabalhista e quitação eleitoral; e,
 - 2. Declarações constantes do item 7 deste formulário.

5. Dos encargos e retenções:

- 1. Após a execução do serviço, o fornecedor deverá providenciar, junto à prefeitura local, mediante pagamento antecipado de ISS, de até 5%, sobre o valor bruto da nota, a emissão de nota fiscal;
- 2. Será retido no ato do pagamento, a título de contribuição previdenciária a cargo do contratado, o valor correspondente a 11% do valor bruto da nota.
- 3. Haverá também retenção, a depender do valor da contratação, do Imposto de Renda de Pessoa Física, conforme discriminado abaixo:
 - a. Até R\$ 1.903,98; isento
 - b. De 1.903,99 até 2.826,65: alíquota de 7,5 %, com parcela a deduzir de R\$ 142,80;
 - c. De 2.826,66 até 3.751,05: aliquota de 15 %, com parcela a deduzir de R\$ 354,80;
 - d. De 3.751,06 até 4.664,68: aliquota de 22,5 %, com parcela a deduzir de R\$ 636,13;

- e. Acima de 4.664,68: alíquota de 27,5 %, com parcela a deduzir de R\$ 869,36;
- 6. Das Sanções, nos casos de inexecução contratual:
 - Pela inexecução total ou parcial do contrato, o TRE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as sanções (arts. 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993) abaixo:
 - Advertência, que deverá ser feita através de notificação por meio de ofício, mediante contra-recibo do representante legal da CONTRATADA, estabelecendo prazo para cumprimento das obrigações assumidas;

2. Multa:

- 1. Multa de mora, correspondente a 1% (um por cento), por dia de atraso no fornecimento de bens / prestação dos serviços, calculada sobre o valor da nota de empenho;
- 2. Multa por inexecução contratual:
 - Inexecução parcial multa no percentual de 10% (dez por cento), que será calculada sobre o valor empenhado, cobrada pelo atraso superior a 10 dias, a critério da Administração, não mais ser aceito o fornecimento/serviço;
 - Inexecução total multa no percentual de 15% (quinze por cento), que será calculada sobre o valor empenhado, cobrada pelo atraso superior a 15 dias.
- 3. Suspensão do direito de licitar e contratar com o TRE/Acre pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- 4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.
- 7. DECLARAÇÕES: o proponente infra assinado declara, sob as penas da lei,
- a. que n\u00e3o emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condiç\u00e3o de aprendiz a partir dos quatorze anos.
- b. não incidir em qualquer das hipóteses de vedação previstas no art. 2º, IV, e § 3º, da Resolução CNJ 07/2005 (modificada pela Resolução CNJ 229/2016)

	DADOS DO PROPONENTE:
1.	NOME COMPLETO: goel Santes des Reis CPF- 700.097.7712-47
2.	CPF- 700.097.0712-47
3.	ENDEREÇO: <u>AV: Cruzeiro do Sul</u> Tel. 68992357421 Nº DO TÍTULO ELEITORAL: 005280 512461
4.	N° DO TÍTULO ELEITORAL: 005280 512461
5.	Nº DO NIT/PIS/PASEP (Nº de Inscrição do Trabalhador no sistema de previdência: 204.52998. 20. 9
	 Obs: Caso o proponente não disponha de inscrição, deverá apresentar os seguintes dados para que o TRE promova seu registro:
	a. Data de nascimento:/_/2018
	b. Nome completo da mãe:;
	c. Nº e série da CTPS:

2 of 3

1.	DA	DOS	BA	NC	ÁI	RI	OS
----	----	-----	----	----	----	----	----

- 1. Banco: Caira :
- 2. Ag: 0803

2. Ag: 0803;
3. Conta corrente: 043_410 960-7

Local, M* thaumating ata: 2002 19

Assistance do Proponente

Assinatura do Proponente

0000446-50,2019.6.01.8004

0260713v2



Avenida Antônio da Rocha Viana, n. 1.389 - Bairro Isaura Parente - CEP 69918-308 - Rio Branco - AC

PESQUISA DE PREÇOS

	MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS MARECHAL THAUMATURGO	ANTONIO COELHO (0263045)	CLEILSON SILVA (0263057)	JOEL SANTOS (0263068)	Menor Preço Regular		
Item	Especificações	Unid	Quant	Unit	Unit	Unit	
01	PROPAGANDA VOLANTE (CARRO OU MOTOCICLETA) VEICULAÇÃO, COM PRODUÇÃO DE ÁUDIO, DE MENSAGEM DE ATÉ 1 (UM) MINUTO, CONTENDO TRILHA SONORA, EM CARRO DE SOM, COM CIRCULAÇÃO PELOS BAIRROS DO MUNICÍPIO DE MAL. THAUMATURGO	HORA	50	R\$ 55,00	R\$ 50,00	R\$ 60,00	R\$ 2.500,00 + R\$ 500,00 = R\$ 3.000,00
REG	ULARIDADE FAZENDA NACIONAL/INSS						
REG	ULARIDADE FGTS/CPF						
REG	ULARIDADE DA JUSTIÇA DO TRABALHO		Sim (0263051 e	Sim (0263063 e	Sim (0263075 e	R\$	
QUIT	AÇÃO ELEITORAL	0263211)	0263213)	0263214)	3.000,00		
REG	ULAR PERANTE CEIs, TCU e CNJ						
REG	ULAR PERANTE CADIN						



Documento assinado eletronicamente por **ALTAMIRO LIMA**, **Analista Judiciário**, em 25/02/2019, às 12:34, conforme art. 1°, § 2°, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-ac.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0263215** e o código CRC **C63CBBA4**.

0003616-76.2018.6.01.8000 0263215v6

	SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO DO RECADASTRAMENTO BIOMÉTRICO - 2019													
Zona	Município	Proponente	Quantidade	Valor Unitário	PF/PJ	Valo	r Total da proposta	Contribuição Previdenciária Patronal	Valor Final	Regularidade	Custo total d	da contratação		
3	Sena Madureira	W. Nunes de Menezes	50 F	R\$ 40,00	PJ	R\$	2.000,00	0	R\$ 2.000,00	OK	R\$	2.000,00		
3	Manoel Urbano	W. Nunes de Menezes	50 F			R\$	2.250,00	0	R\$ 2.250,00	OK	R\$	2.250,00		
3	Manoel Urbano	Maria Antônia da Silva Lima	50 F	R\$ 40,00	PF	R\$	2.000,00	R\$ 400,0	0 R\$ 2.400,00	NÃO				
5	Jordão	Flaviano Coelho	50 F	R\$ 30,00	PF	R\$	1.500,00	R\$ 300.0	0 R\$ 1.800,00	OK	R\$	1.800,00		
5	Jordão	Manoel dos Santos Albuquerque	50 F		PF	R\$	2.500,00	,	0 R\$ 3.000,00	NÃO				
		· ·												
5	Tarauacá	Gleicivaldo Abreu Araújo	50 F	R\$ 23,50	PF	R\$	1.175,00	R\$ 235,0	0 R\$ 1.410,00	OK				
5	Tarauacá	Vagner Mendes da Costa Júnior	50 F	R\$ 30,00	PF	R\$	1.500,00	R\$ 300,0	0 R\$ 1.800,00	OK				
5	Tarauacá	Alípio Alves de Souza Filho	50 F	R\$ 20,00	PF	R\$	1.000,00	R\$ 200,0	0 R\$ 1.200,00	OK	R\$	1.200,00		
	F-::4	Advisors Daubass Mandones Cales	50 F	20.00	PF	DĆ	1.000,00	PĆ 200.0	n nć 1 200 00	OK				
7	Feijó	Adriana Barbosa Mendonça Sales		,		R\$			0 R\$ 1.200,00		54	050.00		
/	Feijó	Eloiza da Silva Gomes	50 F	R\$ 16,00	PF	R\$	800,00	R\$ 160,0	0 R\$ 960,00	OK	R\$	960,00		
4	Rodrigues Alves	José Jamilson Amorim da Silva	50 F	R\$ 50,00	PF	R\$	2.500,00	R\$ 500,0	0 R\$ 3.000,00	NÃO				
4	Rodrigues Alves	Aderban Queiroz da Silva	50 F	R\$ 50,00	PF	R\$	2.500,00	R\$ 500,0	0 R\$ 3.000,00	ОК	R\$	3.000,00		
4	Rodrigues Alves	Jeusianis Araújo Rodrigues	50 F	R\$ 110,00	PF	R\$	5.500,00	R\$ 1.100,0	0 R\$ 6.600,00	ОК	·			
4	Mâncio Lima	Aderban Queiroz da Silva	50 F		PF	R\$	2.250,00	,	0 R\$ 2.700,00	OK	R\$	2.700,00		
4	Mâncio Lima	Jeusianis Araújo Rodrigues	50 F	R\$ 70,00	PF	R\$	3.500,00	R\$ 700,0	0 R\$ 4.200,00	OK				
4	Porto Walter	José Paulino Barreto Coelho	50 F	R\$ 55,00	PF	R\$	2.750,00	R\$ 550.0	0 R\$ 3.300,00	OK				
4	Porto Walter	Alsineis José Gonçalves da Silva	50 F			R\$	2.850,00		0 R\$ 3.420,00	NÃO				
4	Porto Walter	Raimundo Ferreira de Oliveira	50 F		PF	R\$	2.500,00		0 R\$ 3.000,00	ОК	R\$	3.000,00		
4	Marechal Thaumaturgo	Antônio Coelho dos Santos	50 F	R\$ 55,00	PF	R\$	2.750,00	R\$ 550,0	0 R\$ 3.300,00	OK				
4	Marechal Thaumaturgo	Cleison Silva de Lima	50 F	R\$ 50,00	PF	R\$	2.500,00	R\$ 500,0	0 R\$ 3.000,00	OK	R\$	3.000,00		
4	Marechal Thaumaturgo	Joel Santos dos Reis	50 F	R\$ 60,00	PF	R\$	3.000,00	R\$ 600,0	0 R\$ 3.600,00	OK				
										GASTO TOTAL	DĆ	10.010.00		
										GASTO TOTAL	κŞ	19.910,00		

Zona Eleitoral	Município	Proponente	Quantidade	Valor unitário serviço	do	PJ/PF		or total do serviço	Pro	ontribuição evidenciária Patronal	Custo total do serviço		Enquadramento legal
3	Sena Madureira	W. Nunes de Menezes	50	R\$ 40	,00	PJ	R\$	2.000,00		0	R\$	2.000,00	Inexigibilidade de licitação - caput do art. 25 da Lei 8.666/93
3	Manoel Urbano	W. Nunes de Menezes	50	R\$ 45	,00	PJ	R\$	2.250,00		0	R\$	2.250,00	Inexigibilidade de licitação - caput do art. 25 da Lei 8.666/93
5	Jordão	Flaviano Coelho	50	R\$ 30	,00	PF	R\$	1.500,00	R\$	300,00	R\$	1.800,00	Inexigibilidade de licitação - caput do art. 25 da Lei 8.666/93
5	Tarauacá	Alípio Alves de Souza Filho	50	R\$ 20	,00	PF	R\$	1.000,00	R\$	200,00	R\$	1.200,00	dispensa de licitação - art. 24, inciso II do art. 24 da Lei 8.666/93
7	Feijó	Eloiza da Silva Gomes	50	R\$ 16	,00	PF	R\$	800,00	R\$	160,00	R\$	960,00	dispensa de licitação - art. 24, inciso II do art. 24 da Lei 8.666/93
4	Rodrigues Alves	Aderban Queiroz da Silva	50	R\$ 50	,00	PF	R\$	2.500,00	R\$	500,00	R\$	3.000,00	dispensa de licitação - art. 24, inciso II do art. 24 da Lei 8.666/93
4	Mâncio Lima	Aderban Queiroz da Silva	50	R\$ 45	,00	PF	R\$	2.250,00	R\$	450,00	R\$	2.700,00	dispensa de licitação - art. 24, inciso II do art. 24 da Lei 8.666/93
4	Porto Walter	Raimundo Ferreira de Oliveira	50	R\$ 50	,00	PF	R\$	2.500,00	R\$	500,00	R\$	3.000,00	Com pendência
4	Marechal Thaumaturgo	Cleison Silva de Lima	50	R\$ 50	,00	PF	R\$	2.500,00	R\$	500,00	R\$	3.000,00	dispensa de licitação - art. 24, inciso II do art. 24 da Lei 8.666/93
				TOTAL			R\$	17.300,00	R\$	2.610,00	R\$	19.910,00	



Avenida Antônio da Rocha Viana, n. 1.389 - Bairro Isaura Parente - CEP 69918-308 - Rio Branco - AC - http://www.tre-ac.gov.br

PROCESSO : 0003616-76.2018.6.01.8000 **INTERESSADO** : Cartórios Eleitorais

ASSUNTO : Análise de requisitos legais para contratação de serviço de divulgação

Parecer nº 0263107 / 2019 - PRESI/DG/SAO/ASLIC

SERVIÇOS. DIVULGAÇÃO EM CARROS DE SOM. CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA DE LICITAÇÃO. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. REQUISITOS PREENCHIDOS.

Trata-se de analisar a regularidade jurídica da contratação de serviços de divulgação por meio de carros de som. Os serviços visam dar publicidade a ações relacionadas com o recadastramento biométrico, que será realizado em municípios abrangidos pelas 3ª Zona (Sena Madureira, Santa Rosa do Purus e Manoel Urbano), 4ª Zona (Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Porto Walter e Marechal Thaumaturgo), 5ª Zona (Tarauacá e Jordão) e 7ª Zona (Feijó).

Assim, os chefes dos cartórios eleitorais enviaram as propostas de preços colhidas nos mercados locais. O resumo das propostas consta no mapa juntado ao Evento SEI n. 0263476.

Em relação à contratação dos serviços nos municípios de Sena Madureira, Manuel Urbano e Jordão, foram obtidas apenas uma proposta válida para cada local. Nestes casos, as contratações foram analisadas como hipóteses de inexigibilidade de licitação, já que inviável a competição.

Quanto aos demais municípios, foram verificados os requisitos legais para a contratação direta por dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do inciso II do art. 24 da Lei 8.666/93.

DOS REQUISITOS ESPECÍFICOS PARA OS CASOS DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO (Sena Madureira, Manuel Urbano e Jordão)

Quanto aos municípios em que apenas uma proposta foi apresentada, as contratações diretas são juridicamente viáveis, por inexigibilidade de licitação, com fulcro no *caput* do art. 25 da Lei 8.666/93, considerando o seguinte:

- O processo foi instruído com certidões dos chefes de cartório de que não foram localizados outros possíveis interessados nas contratações;
- Os preços parecem justificados, estando cumprida a exigência do inciso III do art. 26 da Lei 8.666/93. Neste ponto, convém registrar que apesar de não haver justificativa específica para os preços propostos em Sena Madureira e Manoel Urbano, os valores não destoam significativamente das demais propostas recebidas em diversos outros municípios do estado. Quando ao município de Jordão, a proposta de valor superior apresentada pelo Sr. Manoel dos Santos, apesar de inválida, serve como parâmetro para aferição de que o preço menor é condizente com o que se pratica naquela praça; e
- consta declaração da empresa W. Nunes (Evento SEI n. 0252710) de que não incide nas hipóteses vedadas pela Resolução CNJ n. 07/2005 (que trata de nepotismo) e do inciso XI do art. 17 da LDO.

DOS REQUISITOS ESPECÍFICOS PARA OS CASOS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO (Tarauacá, Feijó, Rodrigues Alves, Mâncio Lima, Porto Walter e Marechal Thaumaturgo)

Em relação aos municípios onde foi possível colher mais de uma proposta válida, com exceção do município de Porto Walter, as demais contratações diretas são viáveis juridicamente, por dispensa de licitação, nos termos do art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93, considerando o seguinte:

- Quanto ao mínimo de 3 proposta válidas: foram obtidas 03 propostas válidas para os municípios de Tarauacá e Marechal Thaumaturgo; Em relação aos municípios de Feijó, Rodrigues Alves e Mâncio Lima, consta justificativa de limitação de mercado;
- que constam manifestações da Coordenadoria de Material e Patrimônio de que as contratações não representarão em fracionamento de despesa indevido: e
- as contratações recairão sobre as menores propostas válidas obtidas.

Quanto ao município de Porto Walter, apenas duas propostas válidas foram apresentadas, pois o Sr. *Alsineis José Gonçalves* não ostenta quitação junto à Justiça Eleitoral. Além disso, não consta no processo certidão de que há limitação do serviço naquele município.

DOS REQUISITOS COMUNS

Além dos requisitos específicos mencionados acima, convém registrar que a viabilidade da contratação também está sendo observada em relação às seguintes exigências comuns:

- consta demonstração de disponibilidade orçamentária nos Eventos SEI ns. 0262669 e 0263318, estando preenchida a exigência do art. 7º, § 2º, III, da Lei 8.666/93;
- os formulários de cotação contemplam as regras de prestação do serviço e consequências por eventuais descumprimentos, como exigido pelo art. 55 da Lei 8.666/93;
- o objeto pretendido é simples e o custo total é pouco expressivo. Assim, a formalidade relativa à elaboração do projeto básico parece dispensável, considerando que as especificações constantes nos formulários de cotação contemplam os elementos necessários e suficientes para caracterizá-lo.

FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

Considerando os valores pouco expressivos e a reduzida complexidade dos serviços, reputa-se razoável que a formalização dos contratos seja realizada por meio da emissão de notas de empenho, conforme admite o *caput* do art. 62 da Lei 8.666/92.

CONCLUSÃO

<u>Feitas essas considerações, recomenda-se que as contratações, se autorizadas, sejam realizadas conforme consta na tabela juntada ao Evento SEI n. 0263574.</u>

Em relação ao município de Porto Walter, caso não seja obtida proposta válida de valor inferior, recomenda-se a contratação com o Sr. Raimundo Ferreira de Oliveira, por dispensa de licitação, com fundamento no inciso II do art. 24 da Lei 8.666/93.

DEMAIS RECOMENDAÇÕES

Cabe ao Secretário de Administração e Orçamento decidir sobre a conveniência e oportunidade da contratação, nos termos do inciso II do art. $1^{\rm o}$ da Portaria TRE-AC 10/2014.

Sendo as despesas, individualmente, irrelevantes, conforme valor fixado no art. 145, II, da Lei 13.707/2018 – LDO 2019, estão dispensadas as exigências do art. 16 da Lei Complementar 101/2000.

Nos casos de inexigibilidade de licitação, também será necessária a ratificação do ato pela autoridade superior, nos termos do art. 26 da Lei 8.666/93.

Cumpre observar, ainda, que está dispensada a publicação do extrato do ato de ratificação da inexigibilidade, conforme determinação do item 9.2 do Acórdão TCU $\rm n^o$ 1336/2006 - Plenário.

É o Parecer.

À Coordenadoria de Material e Patrimônio, para providências atinentes à pendência relativa ao município de Porto Walter.

Em seguida, ao Secretário de Administração e Orçamento, para decisão.



Documento assinado eletronicamente por CARLOS ALBERTO CIDRAL, Assessor Jurídico, em 26/02/2019, às 13:35, conforme art. 1° , \S 2° , III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-ac.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0263107** e o código CRC **CEBB85D2**.

0003616-76.2018.6.01.8000 0263107v13



Avenida Antônio da Rocha Viana, n. 1.389 - Bairro Isaura Parente - CEP 69918-308 - Rio Branco - AC - http://www.tre-ac.gov.br

PROCESSO : 0003616-76.2018.6.01.8000 INTERESSADO : ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

ASSUNTO : Recadastramento biométrico. Programa de divulgação. Contratação.

Despacho nº 0263993 / 2019 - PRESI/DG/SAO/GASAO

Trata-se de pedido de contratação dos serviços de divulgação da campanha de recadastramento biométrico, conforme evento n. 0247714.

- 2. A despesa em questão totaliza R\$ 19.910,00: 0263574.
- 3. Segundo a SPEO, há saldo orçamentário suficiente: 0262669 e 0263318.
- $4.\ A$ ASLIC entende, em suma, que as contratações são juridicamente possíveis: 0263107.
- $\,$ 5. No que aplicável, o gasto está adequado com a LOA/2019, segundo o critério previsto na LRF.
- 6. A necessidade dos serviços de divulgação está demostrada pela unidade demandante, ASCOM (0247714). Embora o montante das contratações superem o limite de delegação atribuída a este signatário (até R\$ 8 mil), considero que serão celebrados vários contratos com valores abaixo desse limite. Nessa linha, tenho-me como competente para reconhecer as **inexigibilidades de licitação** apontadas nestes autos, e efetivamente as **reconheço**, assim como autorizo as contratações fundamentadas no art. 24, II, da Lei n. 8.666/93. Adoto como razão de decidir o Parecer ASLIC acima mencionado.
- $\,$ 6. As contratações, se autorizadas, serão formalizadas por nota de empenho, da seguinte maneira:
 - por inexigibilidade de licitação (artigo 25, caput, da Lei 8.666/93):
- I) SENA MADUREIRA e MANUEL URBANO (3ª Zona): contratado W. NUNES DE MENEZES, CNPJ n. 17.894.177/0001-81, no valor total de R\$ 4.250,00 (0262513);
- II) JORDÃO (5ª Zona): contratado FLAVIANO COELHO, CPF n. 031.883.212-79, no valor de R\$ 1.500,00 e R\$ 300,00 de contribuição patronal.
 - por dispensa de licitação (artigo 24, II, da Lei 8.666/93):
- III) TARAUACÁ (5ª Zona): contratado ALPÍDIO ALVES DE SOUZA FILHO, CPF n. 444.098.342-15, no valor de R\$ 1.000,00 e R\$ 200,00 de contribuição patronal.
- IV) FEIJÓ (7ª Zona): contratado ELOIZA DA SILVA GOMES, CPF n. 962.979.628-87, no valor de R\$ 800,00 e R\$ 160,00 de contribuição patronal.
- V) RODRIGUES ALVES e MÂNCIO LIMA (4ª Zona): contratado ADERBAN QUEIROZ DA SILVA, CPF n. 651.943.652-68, no valor de R\$ 4.750,00 e R\$ 950,00 de contribuição patronal.
- VI) PORTO WALTER (4^a Zona): contratado RAIMUNDO FERREIRA DE OLIVEIRA, CPF n. 461.706.852-04, no valor de R\$ 2.500,00 e R\$ 500,00 de contribuição patronal.
- 7. A gestão dos contratos será de responsabilidade da Assessora de Comunicação/ASCOM, a quem a SPEO deverá enviar o processo após o empenhamento da despesa. Ela deverá observar as atribuições contidas no artigo 26 da IN/TRE-AC 2/2007, no que for aplicável a estas espécies de contrato, e as regras constantes dos formulários de cotação de preço dos fornecedores juntados neste processo.
- 8. À DG, para ratificação do reconhecimento de inexigibilidade fundamentado no art. 25, caput, da Lei 8.666/93, se assim entender. Em seguida, à SPEO, para emissão de notas de empenho, de acordo com o item 6, acima, e demais informações que constam neste Processo. Por fim, à gestora.



Documento assinado eletronicamente por **ANTÔNIO DA SILVA GALVÃO, Secretario**, em 01/03/2019, às 09:15, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.treac.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0263993** e o código CRC **2D1508D2**.

0003616-76.2018.6.01.8000 0263993v15



Avenida Antônio da Rocha Viana, n. 1.389 - Bairro Isaura Parente - CEP 69918-308 - Rio Branco - AC - http://www.tre-ac.gov.br

PROCESSO: 0003616-76.2018.6.01.8000

INTERESSADO : ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

ASSUNTO : Contratação de serviços de divulgação das revisões biométricas obrigatórias

Decisão nº 77 / 2019 - PRESI/DG/GADG

Veio-me o procedimento em referência para ratificação do ato de autorização de despesa da lavra do titular da Secretaria de Administração e Orçamento (0263993), por meio do qual reconheceu situação de inexigibilidade para a contratação de serviços relacionados com a divulgação das revisões biométricas obrigatórias em dez municípios do Estado.

- 2. A COMAP instruiu o feito para fins da contratação direta, por inexigibilidade de licitação, dos serviços de divulgação em Sena Madureira, Manoel Urbano e Jordão, diante da inviabilidade de competição (0262513, 0263278).
- 3. A SPEO atestou a disponibilidade financeira para realizar as despesas, inclusive aquelas formalizadas ao arrimo no art. 24, II, da Lei n. 8.666/1993, no valor total de **R\$ 19.910,00 (dezenove mil novecentos e dez reais)**, e que a mesma é compatível com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias vigentes ().
- 4. Instada, a ASLIC emitiu Parecer 0263107, discorrendo pela contratação dos itens mencionados no item 2 desta decisão, com fundamento no artigo 25, *caput*, da Lei nº 8.666/1993, já que inviável a competição.
- 5. Diante desse quadro o Secretário autorizou a despesa, momento em que submete o ato a ratificação desta Diretoria-Geral., conforme previsto no artigo 20 da IN-TRE-AC nº. 02/2007 c/c o artigo 1º, inciso II, da Portaria PRES/TRE-AC nº. 10/2014.
- 6. Destarte, por concordar que a situação dispensa o procedimento licitatório, RATIFICO a autorização supra, o que faço com arrimo no artigo 26, *caput*, da lei 8.666/1993 e na Portaria PRES/TRE-AC n. 10/2014.
- 7. Publicação dispensada, conforme prevê o artigo 18, inciso V, da IN TRE-AC n. 02/2007.
 - 8. Remeta-se o feito à SPEO, para providências pertinentes ao empenho.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS VENÍCIUS FERREIRA RIBEIRO, Diretor Geral**, em 01/03/2019, às 09:51, conforme art. 1°, § 2°, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-ac.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0264237** e o código CRC **D28068D3**.

0003616-76.2018.6.01.8000 0264237v3

SERVICO PUBLICO FEDERAL

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL N OTA D E E M P E N H O

EMISSAO : 16Abr19 NUMERO: 2019NE000299 ESPECIE: EMPENHO DE DESPESA

EMITENTE: 070002/00001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE

CNPJ : 05910642/0001-41 FONE: (068) 3212-4400

ENDERECO: AV ANTONIO DA ROCHA VIANA 1389 - BAIRRO BOSQUE MUNICIPIO: 0139 - RIO BRANCO UF: AC CEP: 69900-526

CREDOR : 702471882-04 - CLEILSON SILVA DE LIMA

ENDERECO: RAMAL OLARIA DA PREFEITURA 696

MUNICIPIO: 0139 - RIO BRANCO UF: AC CEP: 69983-000

TAXA CAMBIO:

OBSERVACAO / FINALIDADE

2019NECT - SERVIÇO DE DIVULGAÇAO DE RECADASTRAMENTO BIOMÉTRICO

ORIGEM DO PEDIDO: ASCOM

PROCEDIMENTO N.º 0003616-76.2018.6.01.8000

 ${\tt CLASS: 1\,14101\,02126057078320001\,084796\,0100000000\,339036\,000000\,REV\,DIVULG}$

TIPO : GLOBAL MODAL.LICIT.: DISPENSA DE LICITACAO AMPARO: LEI8666 INCISO: 02 PROCESSO: 3616-76/18

UF/MUNICIPIO BENEFICIADO: AC / 655 ORIGEM DO MATERIAL :

REFERENCIA: ART24/02 LEI8666/93 NUM. ORIG.:

VALOR ORIGINAL: 2.500,00

ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

ND: 339036 SUBITEM: 27 - SERVICOS DE COMUNICACAO EM GER

SEQ.: 1 QUANTIDADE: 50 VALOR UNITARIO: 50,00

VALOR DO SEQ.: 2.500,00

SERVIÇOS DE PROPAGANDA VOLANTE (CARRO OU MOTOCICLETA) COM VISTAS À DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DE RECADASTRAMENTO BIOMÉTRICO: VEICULAÇÃO, COM PRODUÇÃO DE ÁUDIO, DE MENSAGEM DE ATÉ 1 (UM) MINUTO, CONTENDO TRILHA SONORA, COM CIRCULAÇÃO PELOS BAIRROS DO MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO-AC (4ª ZE), NO TOTAL DE 50 HORAS.

TOTAL: 2.500,00

ANTONIO DA SILVA GALVÃO JEAN CARLOS FREIRE LIMA

ORDENADOR SUBSTITUTO GESTOR FINANCEIRO SUBSTITUTO



Documento assinado eletronicamente por **ANTÔNIO DA SILVA GALVÃO**, **Diretor Geral**, em 16/04/2019, às 13:46, conforme art. 1°, § 2°, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JEAN CARLOS FREIRE LIMA**, **Coordenador em exercício**, em 16/04/2019, às 13:51, conforme art. 1°, § 2°, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.treac.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0273114** e o código CRC **FE903CDD**.

0003616-76.2018.6.01.8000 0273114v2

SERVICO PUBLICO FEDERAL

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL N OTA D E E M P E N H O

EMISSAO : 16Abr19 NUMERO: 2019NE000300 ESPECIE: EMPENHO DE DESPESA

EMITENTE: 070002/00001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE

CNPJ : 05910642/0001-41 FONE: (068) 3212-4400

ENDERECO: AV ANTONIO DA ROCHA VIANA 1389 - BAIRRO BOSQUE MUNICIPIO: 0139 - RIO BRANCO UF: AC CEP: 69900-526

CREDOR : 510001/57202 - COORD.GERAL DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAB.

ENDERECO: SAUS QUADRA O2 BLOCO O 6º ANDAR BRASILIA DF MUNICIPIO: 9701 - BRASILIA UF: DF CEP: 70070-946

TAXA CAMBIO:

OBSERVACAO / FINALIDADE

2019NECT - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL - PESSOA FÍSICA

ORIGEM DO PEDIDO: ASCOM

PROCEDIMENTO N.º 0003616-76.2018.6.01.8000

CLASS: 1 14101 02126057078320001 084796 0100000000 339147 000000 REV DIVULG

TIPO : GLOBAL MODAL.LICIT.: NAO SE APLICA
AMPARO: INCISO: PROCESSO: 3616-76/18

UF/MUNICIPIO BENEFICIADO: DF / 9701 ORIGEM DO MATERIAL :

REFERENCIA: NUM. ORIG.:

VALOR ORIGINAL: 500,00

ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

ND: 339147 SUBITEM: 18 - CONTRIB.PREVIDENCIARIAS-SERVIC SEQ.: 1 QUANTIDADE: 1 VALOR UNITARIO: 500,00

VALOR DO SEQ.: 500,00

CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL RELATIVA AOS SERVIÇOS PRESTADOS PELO

SR. CLEILSON SILVA DE LIMA (CPF: 702.471.882-04 - NIT: 1903059672-7,

REFERENTE A NOTA DE EMPENHO N.º 299/2019.

TOTAL: 500,00

ANTONIO DA SILVA GALVÃO JEAN CARLOS FREIRE LIMA

ORDENADOR SUBSTITUTO GESTOR FINANCEIRO SUBSTITUTO



Documento assinado eletronicamente por **ANTÔNIO DA SILVA GALVÃO**, **Diretor Geral**, em 16/04/2019, às 13:46, conforme art. 1°, § 2°, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JEAN CARLOS FREIRE LIMA**, **Coordenador em exercício**, em 16/04/2019, às 13:51, conforme art. 1°, § 2°, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-ac.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0273135** e o código CRC **7FE3B7E2**.

0003616-76.2018.6.01.8000 0273135v2